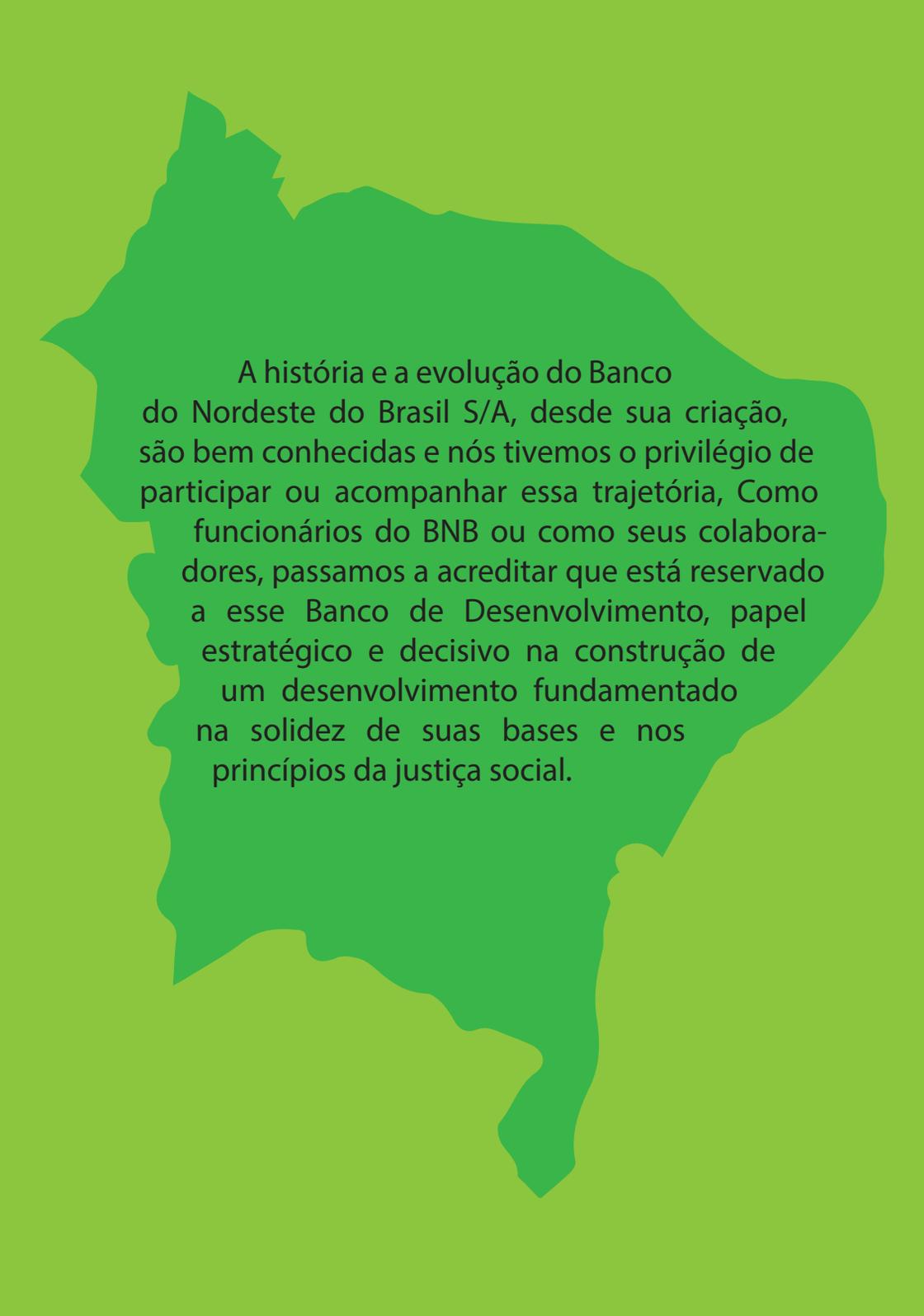


PEDRO JORGE RAMOS VIANNA
JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA
PEDRO SISNANDO LEITE
MANUEL OSÓRIO DE LIMA VIANA
VALFRIDO SALMITO FILHO
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA



**O BANCO DO NORDESTE
COMO AGÊNCIA DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO REGIONAL**

INSTITUTO ECONOMETRIX

A map of Brazil is shown in a light blue color. The Northeast region of Brazil is highlighted in a darker red color. The text is centered within this red area.

A história e a evolução do Banco do Nordeste do Brasil S/A, desde sua criação, são bem conhecidas e nós tivemos o privilégio de participar ou acompanhar essa trajetória, Como funcionários do BNB ou como seus colaboradores, passamos a acreditar que está reservado a esse Banco de Desenvolvimento, papel estratégico e decisivo na construção de um desenvolvimento fundamentado na solidez de suas bases e nos princípios da justiça social.

O BANCO DO NORDESTE COMO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

INSTITUTO ECONOMETRIX

PEDRO JORGE RAMOS VIANNA
JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA
PEDRO SISNANDO LEITE
MANUEL OSÓRIO DE LIMA VIANA
VALFRIDO SALMITO FILHO
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA

O BANCO DO NORDESTE COMO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

1ª Edição

Fortaleza - CE
2017

**O Banco do Nordeste como agência de
desenvolvimento econômico regional**
© 2017 Pedro Jorge Ramos Vianna *et al.*

Impresso no Brasil. “*Printed in Brasil*”

TODOS OS DIREITOS, RESERVADOS

Diagramação, capa e impressão
HBM Gráfica Digital
www.hbmdigital.com.br

Vianna, Pedro Jorge Ramos

O Banco do Nordeste como agência de desenvolvimento econômico regional. Organizado por Pedro Jorge Ramos Vianna. Fortaleza - CE: HBM Shopping das Cópias, 2017.

123 p. 14x21 cm

ISBN: 975-85-65599-39-9

1. Economia, 2. Desenvolvimento.
3. Banco do Nordeste, 4. Região. Nordeste.
I. Título. II Autores.

CDD: 370

Sumário

Apresentação dos autores.....	9
<i>Pedro Jorge Ramos Vianna</i>	<i>9</i>
<i>José Nicácio de Oliveira</i>	<i>10</i>
<i>Pedro Sisnando Leite</i>	<i>10</i>
<i>Manuel Osório de Lima Viana</i>	<i>11</i>
<i>Valfrido Salmito Filho</i>	<i>13</i>
<i>André Luiz Lopes Vianna</i>	<i>14</i>
Instituto Econometrix Diretoria Executiva	15
O Instituto Econometrix e o Grupo de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (GEDS)	17
As origens do Banco do Nordeste	21
O BNB como banco de desenvolvimento regional.....	25
A contribuição do BNB para a década de setenta	47
BNB – Apoio aos governos estaduais do Nordeste	51
ETENE: pesquisas e capital humano no Banco do Nordeste	59

Pesquisa, geração e uso de usinas de energia solar e eólica67

I – Preliminares..... 67

II – Objetivos de uma nova política de energia no Nordeste..... 70

III - Vantagens da nova política energética 73

Estimular a conservação ambiental para evitar o processo de desertificação do semiárido nordestino77

I. Preliminares..... 77

II. O caso do Nordeste do Brasil 80

III. Políticas de combate à desertificação e suas consequências 82

A política de encadeamento produtivo: sugestão para o papel do BNB85

O Nordeste e o Semiárido91

Promoção do desenvolvimento da micro e da pequena empresa95

A. Interiorização do desenvolvimento 97

B. Acesso a mercados nacionais e externos..... 98

C. Entrosamento da pequena com a grande empresa 99

D. Importância da pequena e da grande empresa 100

Instituto Econometrix103

- 1. Termo de Referência – Um Novo Projeto para o Nordeste..... 104*
- 2. Programas de Estudo..... 107*
- 3. Programa Pedagógico 108*

Portal Econometrix.....109

- 1. Visão 109*
- 2. Missão 109*
- 3. Objetivo 110*
- 4. Breve Histórico..... 110*

Considerações Finais.....113

- Introdução 113*
- Estratégias para o desenvolvimento do Nordeste 114*
- Rumos para o Desenvolvimento Regional 118*
- Referências Bibliográficas 123*

Apresentação dos autores

Pedro Jorge Ramos Vianna

Mestre em Economia pela Vanderbilt University. Foi Diretor do Sistema BEC/BANDECE. Foi chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE/BNB. Foi Vice-Presidente da Associação de Bancos de Desenvolvimento - ABDE. Foi Professor do Centro de Mestrado em Economia - CAEN. Foi Professor do DECAD-BNB. Professor Titular em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará. Foi Professor Pesquisador do Seminar Für Allgemeine Betriebswirtschaftslehre, Beschaffung und Produktpolitik, e do Institut Für Finanzwissenschaft, ambos da Universidade de Colônia (Alemanha). Especialista nas áreas de Economia Internacional e Ciência Tributária. Atual Presidente do Instituto Econometrix.

José Nicácio de Oliveira

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Foi jornalista na cidade de João Pessoa-PB. Mestre em economia pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee. Especialista em Desenvolvimento Econômico pelo Economic Development Institute - EDI/World Bank Institute, Washington-DC. Foi Chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE/BNB. Foi professor de Economia na Universidade Estadual do Ceará.

Pedro Sisnando Leite

Economista com pós-graduação em desenvolvimento econômico e planejamento regional em Israel. Vice-presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), da Academia de Ciências Sociais do Ceará e do Instituto Econometrix.

Sócio fundador da Academia Cearense de Ciências. Foi professor do programa de mestrado (CAEN) da Universidade Federal do Ceará, na qual também ocupou a função de Pró-Reitor de Planejamento. Foi Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas e economista-chefe substituto do Escritório Técnico de Estudos Econômicos - ETENE/BNB. Foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural do Ceará (1995-2002).

Manuel Osório de Lima Viana

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Economia Agrícola pela University of California, Berkeley. Livre-Docente em Desenvolvimento Sustentável pela UFC. É Fellow do LEAD Institute - Leadership for Environment and Development. Membro da International Society for Ecological Economics - ISEE e Só-

cio-fundador da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECOECO. Especialista em Desenvolvimento Econômico e Social pelo Institut d'Etudes du Développement Economique et Social - IEDES - Université de Paris. Foi Professor do Departamento de Teoria Econômica, do CAEN e do PRODEMA, da UFC. Foi Técnico em Desenvolvimento Econômico, do ETENE e do DEPLA/BNB e Economista do Departamento de Análise de Projetos e do Departamento de Planos e Programas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ex-Assessor para o Ensino Superior, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, do Governo do Estado do Ceará. Ex-Superintendente do Instituto de Planejamento Municipal (IPLAM), da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Valfrido Salmito Filho

Formado em Filosofia pelo Convento São Francisco em Olinda-PE. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia do Ceará e pela CEPAL. Especialista em Pequenas e Médias Indústrias, com estágio patrocinado pela ONU, no Banco de Crédito Industrial em Duesseldorf e nos Institutos de Pesquisa de Bielefeld, Hamburgo, Kiel e Berlim, na República Federal da Alemanha. Foi Diretor de Crédito Rural e Cooperativo do Banco do Nordeste do Brasil. Foi Superintendente da SUDENE. Foi assessor parlamentar do Banco do Nordeste do Brasil, junto à Constituinte de 1988, para criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

André Luiz Lopes Vianna

Sócio fundador do Portal Econometrix e da OPUS Projetos Sistemas, atuando há mais de 10 anos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, na área de projetos de Tecnologia da Informação e na prospecção de mercados para novos investimentos. Foi Diretor da Divisão de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua. Foi Diretor da Divisão de Sistemas e Métodos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Engenharia de Software pela Universidade de Fortaleza. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza. Advogado.

Instituto Econometrix

Diretoria Executiva

Presidente:

Pedro Jorge Ramos Vianna

Vice-Presidente:

Pedro Sisnando Leite

Secretário:

André Luiz Lopes Vianna

Tesoureiro:

Manuel Osório Lima Viana

Conselho Fiscal:

Valfrido Salmito Filho

Antonio de Castro Queiroz Serra

Antônio Pádua Ramos

O Instituto Econometrix e o Grupo de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (GEDS)

*Pedro Jorge Ramos Vianna
Presidente do Instituto Econometrix*

A história e a evolução do Banco do Nordeste do Brasil S/A, desde sua criação, são bem conhecidas e nós tivemos o privilégio de participar ou acompanhar essa trajetória, Como funcionários do BNB ou como seus colaboradores, passamos a acreditar que está reservado a esse Banco de Desenvolvimento, papel estratégico e decisivo na construção de um desenvolvimento fundamentado na solidez de suas bases e nos princípios da justiça social.

Fazemos parte do Grupo de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (GEDS), integrante do Instituto Econometrix entidade sem

fins lucrativos nem conotação partidária ou ideológica. Como membros desse Instituto, temos discutido nos últimos anos, os principais problemas que estão dificultando uma contribuição maior do Nordeste ao desenvolvimento nacional e como será possível reduzir, de modo mais eficaz, as desigualdades regionais e sociais, ainda prevalentes em nossa sociedade, bem como a acentuada exclusão social de parte significativa da população nordestina.

Somos profissionais de diversas áreas do conhecimento técnico e científico e temos dedicado boa parte de nossa vida profissional aos estudos e trabalhos relacionados ao desenvolvimento do Nordeste e da economia de modo geral

Membros desse Instituto ocuparam cargos relevantes no Banco do Nordeste, na administração pública, inclusive como Secretários de

Estado, Superintendentes e Diretores da SUDENE, Presidentes de Bancos Estaduais e Professores Universitários.

De fato, o Instituto Econometrix trabalha para oferecer à sociedade e a gestores públicos, análises, considerações e sugestões voltadas para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Em vista do exposto, tomamos a iniciativa de suscitar algumas reflexões que temos discutido em nosso Grupo, especialmente as focalizadas na contribuição do Banco do Nordeste para solucionar ou liderar iniciativas junto às demais entidades responsáveis pelo desenvolvimento regional brasileiro. Não se trata de uma agenda exaustiva, mas de temas que podem ser desenvolvidos com mais detalhes em discussão com o pessoal técnico do BNB.

Por fim, ressaltamos que as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos Autores.

As origens do Banco do Nordeste

Pedro Sisnando Leite

Reverendo os acontecimentos da história econômica do Nordeste pode afirmar-se que a criação do Banco do Nordeste do Brasil S/A, em 1952, foi a mais importante e duradoura política do Governo Federal, com vistas ao desenvolvimento regional dessa parte do País. No início da década de 50 era grande o desalento do Governo Federal e da população do Nordeste com relação aos efeitos das obras de combate às secas e aumento das desigualdades regionais. Além disso, logo nos primeiros meses de 1951, ficou caracterizada mais uma devastadora seca no Nordeste, com perdas de safra, invasões nas prefeituras e reclamações de todos os lados. Ao regressar de uma viagem à Região, para participar de reunião sobre a produ-

ção algodoeira, o Ministro Horácio Lafer propôs a organização de um banco que fosse “eficiente” e lidasse com recursos limitados.

Em vista desses acontecimentos, o Presidente Vargas, diretamente com sua assessoria técnica, coordenada pelo economista Rômulo Barreto de Almeida, delineou uma instituição de crédito inovadora, depois de longas discussões com muitos especialistas conhecedores da economia brasileira, inclusive Roberto Campos. O princípio fundamental desse novo ente de natureza mista foi limitar o arbítrio dos diretores, admitir um funcionalismo rigorosamente selecionado (treinado e responsável), com planos bem delineados. O Presidente Vargas deu total apoio para que fosse implantado um sistema de mérito, o que foi feito com muito êxito pelos administradores do Banco, desde a sua instalação.

Para primeiro Presidente da entidade, Vargas nomeou Rômulo Barreto de Almeida, em 27-8-1953, o qual tomou posse em inícios de 1954. O primeiro concurso público para admissão de pessoal foi realizado no dia 18 de janeiro de 1954, em nove localidades do Nordeste, com centenas de candidatos.

Uma das primeiras providências do Dr. Romulo de Almeida como Presidente, além da seleção de pessoal para operacionalizar as funções do Banco, foi buscar assistência técnica internacional para organizar o ETENE e outras atividades da nova instituição que tem características de uma agência de desenvolvimento, diferenciada dos modelos conhecidos no Brasil. Posteriormente, coube ao Presidente Raul Barbosa a grande tarefa de organizar o Banco em bases permanentes. Durante 10 anos, foi fiel aos objetivos que inspiraram sua criação, resistindo às tentativas do clientelismo regional e

firmemente dedicado ao programa de desenvolvimento econômico do Nordeste. (1956-1961 / 1962-1967).

Depois de Raul Barbosa, vieram outros grandes presidentes, cabendo lembrar os feitos e a dedicação de cada um à causa patriótica que é realizar um desenvolvimento equilibrado, sustentável e justo para essa grande Região.

O BNB como banco de desenvolvimento regional

José Nicácio de Oliveira

“Em regiões subdesenvolvidas como a Amazônia e o Nordeste, a ação do governo é fundamental, porque esses problemas são estruturais. E, tratando-se de problemas estruturais, só a ação do governo resolve”. Celso Furtado, em *Seca e Poder*, 1998,

“Nossa crise (pobreza e desemprego) não é da economia, mas, sobretudo, da vontade política, do debate político, da informação política, do compromisso político, da luta política - uma crise da democracia”. Jacques Généreux, em *Horror Político*, 1997.

Se julgado pelas atividades que exerce, um banco pode ser considerado, por exemplo, como:

- **Banco comercial**, cujo objetivo é proporcionar financiamento basicamente orientado para o funcionamento das empresas, procurando maximizar o lucro, como em qualquer negócio privado;
- **Banco de desenvolvimento**, a exemplo do Banco do Nordeste, cujo objetivo básico, como o nome indica, é promover o desenvolvimento em âmbito regional.

O diferencial dos bancos regionais de desenvolvimento está no papel que exercem com relação à formação de capital e ao funcionamento das empresas (banco múltiplo), à inovação tecnológica e à identificação de oportunidades de investimento. São agentes indutores da iniciativa, da criatividade, da capacitação gerencial, do aproveitamento das potencialidades de suas regiões,

Para esse tipo de banco, o lucro é imprescindível como indicador de eficiência e como elemento de segurança da empresa banco, mas não é o objetivo básico. O que se busca maximizar é a contribuição para o desenvolvimento sustentável

Apresentam a vantagem da localização do seu comando e de suas equipes técnicas de estudos, planejamento e implementação, nas próprias áreas a que servem, no seu próprio teatro de operações, vivenciando a economia e a cultura locais, o que gera uma profunda identificação com as peculiaridades, necessidades e potencialidades dessas regiões e a percepção das formas mais apropriadas de promoção do seu desenvolvimento, executando um trabalho que expressa a parceria, a participação e a corresponsabilidade das populações no esforço de promoção do seu próprio desenvolvimento.

Uma questão indissociável do comportamento desse tipo de banco é o exercício da liderança, o que significa partir na frente, chegar primeiro com determinadas ideias, atividades ou formas de atuar, como ocorreu em momentos de maior projeção do BNB, quando foi pioneiro em várias frentes.

Por isso, dentro de uma lógica simples, para realmente cumprir sua missão, o banco de desenvolvimento regional tem de ser pensado, feito e dirigido por autênticos banqueiros do desenvolvimento, todos comprometidos com o mesmo objetivo, pois o desafio é o mesmo para todos. Assim, um dirigente do BNB deve ter uma postura diferente da de um dirigente de banco comercial, com um modo diferenciado de encarar as coisas e de se relacionar com os vários setores da sociedade e da economia. Seu negócio é a identificação de oportunidades e a promoção do seu aproveitamento. Assim, se re-

força a ideia da necessidade do banco de desenvolvimento regional, ao lado de outros bancos com variadas funções.

Cada gerente, por exemplo, inclusive os das agências mais interiorizadas, na convivência diária e íntima com a realidade da área em que opera, deve indagar, permanentemente, sobre as potencialidades econômicas locais, quais as que não estão sendo aproveitadas ou precisam ser estudadas, que empresas podem ser instaladas, expandidas ou modernizadas, como estimular os empresários a partir para novos empreendimentos, como se entrosar com outros órgãos para viabilizar o trabalho cooperativo e evitar que os programas sejam prejudicados por falhas ou lacunas em alguns de seus segmentos, que contribuições, enfim, pode dar o Banco para dinamizar a economia da área. Cabe-lhe atuar como um elemento catalisador de atividades, ações e também ideias.

Em resumo, cada gerente deve ser, no âmbito de sua agência – a despeito de possíveis limitações – banqueiro do desenvolvimento, identificador de oportunidades e indutor do seu aproveitamento, contribuindo para que o Banco como um todo também o seja. E assim deve ser, pois é por intermédio das unidades operadoras que a Instituição cumpre grande parte dos seus objetivos e metas e difunde, de forma concreta, através de toda a Região, a sua ação financiadora diferenciada, implementando projetos e programas que levam à incorporação de avanços tecnológicos, organizacionais, gerenciais e de mentalidade caracterizadores de um processo de desenvolvimento.

Fica claro, assim, que o cumprimento dos objetivos do Banco não está simplesmente no montante dos empréstimos que proporciona, mas na busca do desenvolvimento sustentável, nas ideias de inovação e mudanças embutidas

nos projetos e programas que concebe, promove ou ajuda a implementar, e que a importância dos aspectos quantitativos de sua atividade está em dar dimensão às transformações qualitativas que introduzir no tecido econômico e social da Região, Como o desenvolvimento é um processo crescentemente intensivo de conhecimento, os estudos e os treinamentos que o Banco realiza e os projetos e programas que financia constituem uma argamassa só.

O uso de tecnologias modernas é fundamental, mas a tônica das ações do banco de desenvolvimento se condicionará pelo que será feito com essas tecnologias, com essas ferramentas. Caberá levar em conta, por exemplo, o entendimento de que, doravante, os países terão de enfrentar o desafio da busca da melhor qualidade e até da própria viabilidade do desenvolvimento, Este, terá de ser sustentável do ponto de vista ambiental, tecnológico, econômico, social, político e cultural.

Isso significa que a tecnologia deve ser colocada a serviço de um desenvolvimento que conserve os recursos naturais e evite a poluição ambiental, viabilize a inclusão social com a criação de empregos de qualidade e redução das desigualdades e não viole os valores das comunidades. Condições essas imprescindíveis à constantemente lembrada necessidade de construção de um mundo melhor,

A convocação de cerca de duzentos países a Paris para a apresentação das propostas, aprovadas recentemente, relacionadas com o alcance do objetivo comum de promoção do desenvolvimento sustentável – o desafio é de todos – é uma importante indicação de que novas formas de pensar, planejar e agir terão de ser adotadas.

Ponto básico do desafio é o fato de que há profundas desigualdades, que têm de ser reduzidas, entre países e entre regiões de um

mesmo país. Os países ricos representam parcela minoritária da população mundial, estando a maioria, em diferentes graus de pobreza e de convivência, nem, sempre pacífica, entre riqueza concentrada e pobreza generalizada, E a redução dessas disparidades, quantitativas e qualitativas, só poderá ocorrer se houver um desenvolvimento nos países pobres mais intenso do que nos países ricos, E isso dependerá, em ambas as partes, da disponibilidade de recursos, de decisões políticas, comportamento e estilo de vida das populações, bem como da adoção de esquemas de cooperação.

Todos os órgãos regionais precisam ser convincentes com relação à relevância de suas atividades, com visão de futuro e de longo prazo. Sabemos onde já estivemos e o que fizemos. O desafio agora é saber para onde vamos e o que faremos, no contexto de condições di-

ferentes das do passado, E é preciso que o Nordeste passe a ter projetos e programas, pequenos ou grandes, que se caracterizem pela excelência.

Com a decisão sobre o que o BNB deve fazer, poder-se-á melhor definir e mobilizar recursos, nacionais e também externos, como às vezes tem sido feito, com a demonstração da importância, relevância e viabilidade da expansão da ação proativa do Banco e do engajamento de suas equipes.

Se o julgamento sobre o BNB se baseia no que ele faz, então cabe concentrar a atenção em deixar claro o que ele deve fazer e como fazer – missão, tarefa, atividades, ações concretas, interação com outros órgãos e com a sociedade.

Na explicitação do que o BNB deve fazer com esse propósito cabe considerar que ele precisa ter pontos fortes, em relação aos quais exerça uma forte liderança.

Uma fonte básica de ideias e informações com essa finalidade é, naturalmente, a pesquisa, econômica e tecnológica, que o BNB realiza ou apoia através do ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste) e do Fundeei (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ou de parcerias com outras entidades, como SUDENE, EMBRAPA, DNOCS, universidades, órgãos de pesquisa e extensão dos estados, ou até mesmo do exterior.

O Banco tem realizado estudos globais, de caráter abrangente, geralmente com ênfase na análise da estrutura, evolução e perspectivas do desenvolvimento da economia regional e suas relações com a economia nacional e a mundial, podendo fornecer, assim, importantes subsídios para o planejamento regional.

Tem sido realizada também expressiva quantidade de estudos setoriais, mais voltados

para a identificação de oportunidades de investimento, servindo de orientação para os empresários e também para a atividade financiadora do Banco no que diz respeito à análise de projetos e à fixação de políticas de apoio a determinados setores,

Como exemplo de programas de impacto, baseados em estudos setoriais realizados pelo BNB e SUDENE e com apoio em sua ação conjunta, sobressaem os do setor de cimento e do setor têxtil. No início da década de 60, o Nordeste tinha apenas quatro pequenas fábricas de cimento [BA, PE e PB], passando para 22 grandes e modernas fábricas, nos fins da década de 70, com localização em todos os Estados do Nordeste. Em igual período, o Nordeste passou de 108 fabriquetas de tecidos, obsoletas e antieconômicas, para cerca de 220 fábricas modernas e competitivas de fiação e tecelagem, inclusive com a implantação da maior unidade têxtil do Brasil e do

mundo, a COTEMINAS, em Montes Claros, MG, com 500 mil fusos instalados.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, cabe observar que o conceito tem abrangência ampla. Contudo, como lembrou Tinbergen [Jan Tinbergen, *The Design of Development*], é necessário pensar no global como marco de referência e orientação. Cabe identificar, no caso, os pontos nos quais o BNB, como banco de desenvolvimento, pode atuar com maior ênfase, pois as pessoas e os governos investem em coisas específicas. Na realidade, trata-se da identificação de novas oportunidades, sem se sentir limitado pela ideia de restrições e impedimentos ao se passar para um novo modelo em que se tem de apoiar e estimular atividades e modos de atuar que não se caracterizem pela depredação dos recursos naturais e poluição do meio ambiente.

Cabe ressaltar, entretanto, que a contribuição do BNB para a promoção do desenvolvimento do Nordeste depende, fundamentalmente, da disponibilidade de recursos dos incentivos fiscais (FNE) assegurados pela Constituição Federal de 1988 que, mais do que qualquer outra anterior, criou condições para que se possa dar à imensa Região que engloba as três indicadas como prioritárias (NO, NE e CO), com cerca de 80% da área, 40% da população e 20% da indústria do País. Atenção especial ao caso do Nordeste, que tem a menor renda *per capita* do País, além de ter a maior parte do seu território (cerca de 60 por cento) caracterizada pela semiaridez, dos quais cerca de 230.000 km já desertificados.

Considere-se, ademais, que os bancos públicos regionais estão devidamente apoiados pela Constituição Federal, como peças fundamentais da execução do objetivo de redução

das profundas disparidades existentes no desenvolvimento econômico e social das regiões do País, O artigo 159, inciso I, alínea “c” estabelece expressamente que os recursos dos Fundos Constitucionais serão aplicados “em programas de financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional”.

As informações acima sobre a extensão da semiaridez e as sérias consequências já constatadas, inclusive a ocorrência de secas de longa duração, como a atual, indicam claramente que a região deve tomar plena consciência da crescente gravidade da situação e passar a adotar, de forma permanente, as medidas de curto e de longo prazos para enfrentamento eficaz do problema. A problemática do setor rural nordestino demonstra fortemente quão indispensável é a prática do desenvolvimento sustentável.

Estão disponíveis, no momento, importantes estudos que podem basear a elaboração de projetos e programas para fortalecer a ação do BNB como banco de desenvolvimento, constituindo, pela sua quantidade e qualidade, circunstância altamente positiva para a administração.

Cabe também obter informações sobre outros estudos, realizados no âmbito dos Estados, que possam igualmente ser úteis para a ação desenvolvimentista do Banco.

É fundamental que as lideranças políticas, empresariais, acadêmicas e outras, como apoio à definição e à defesa dos interesses regionais, levem na mais alta conta a importância e a seriedade das palavras do eminente constitucionalista Paulo Bonavides, quando afirma no seu livro *A Constituição Aberta* (2004) que, por via de uma mudança verdadeiramente histórica, foi possível introduzir no corpo permanente da

nova Carta Magna quatorze artigos dirigidos à posição normativa dos interesses regionais”, considerando “fenômeno constitucional inédito, sem precedente nas formulações Constitucionais republicanas o fato de que o Constituinte colocou o referido artigo sob a designação ‘Das Regiões’, na parte referente à Organização do Estado”.

Enfatiza ainda o Professor Bonavides que o artigo 43 é reforçado pela latitude, significação e juridicidade do artigo 3º, e seu inciso III, que estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades regionais”.

E ganha mais força a análise quando declara que

“A regionalização tomou grau hierárquico que a colocou já no patamar mais alto da Constituição: é matéria principal, e os princípios, como se sabe,

compõem o tecido mais nobre da Lei Maior, com inviolabilidade reforçada, porquanto, de natureza e essência, infensa à derrogação, até mesmo por via de emenda. Não são eles apenas parte do Corpo da Constituição, mas a sua própria essência, seu próprio espírito, sua indestrutível tábua de valores. Ofendê-los significa, por conseguinte, quebrantar a Constituição, fazê-la em pedaços, dissolver-lhe os valores, fraturar-lhe a ossatura normativa. Formam esses princípios o quadro das cláusulas implicitamente intangíveis do ordenamento constitucional, providos da mesma densidade e da mesma rigidez da matéria declinada no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição”.

É fundamentalmente correto o que consta da Constituição Federal, reconhecendo que as

três regiões contempladas com o sistema de incentivos fiscais não podem, com apoio apenas nas próprias poupanças, avançar econômica e socialmente com a intensidade que assegure a redução do fosso que as distancia dos padrões das regiões mais ricas. E que não é admissível uma política nacional baseada em uma distribuição das despesas da União que desfavoreça as regiões pobres, consagrando e alimentando a manutenção das graves disparidades existentes, e relegando uma grande parcela da população a uma posição de inferioridade.

Como se trata de um problema estrutural e de longo prazo, então a transferência estável, por um longo período – conforme acertadamente estabelece a Constituição Federal – de maior volume de recursos para a ativação econômica e social das regiões periféricas, resgatando uma dívida de muitas décadas, deve ser entendida como a expressão concreta e decisiva da vontade política para a construção de

uma nação mais integrada e equilibrada. Não pode, portanto, ser encarada negativamente como mera vinculação de receitas que afetaria a flexibilidade na administração das aplicações da União.

A identificação com a realidade regional (não se pode lançar um banco de desenvolvimento regional em abstrato) poderá dar uma inestimável contribuição para fortalecer o desempenho e a imagem do BNB como imprescindível à promoção do desenvolvimento sustentável de uma região pobre com a dimensão do Nordeste.

É fundamental também, como recomenda Ignacy Sachs, a reinstitucionalização do planejamento no Brasil e, em consequência, também nas regiões, como forma de efetuar de modo mais organizado, participativo e racional a promoção do desenvolvimento.

Que se atente para a afirmativa de Celso Furtado de que uma autêntica política de desenvolvimento constitui a forma mais segura de legitimar o poder. E de que é necessário que a discussão desses problemas venha a ocupar um espaço central na vida política, se é nosso propósito que o povo tenha uma efetiva participação na definição do seu destino.

Um ponto que deve ser enfatizado na prática, e ao qual o BNB pode procurar dar uma colaboração, é que os órgãos regionais, que são instrumentos específicos do tratamento diferenciado às regiões menos desenvolvidas, componham de fato um sistema integrado de promoção do desenvolvimento econômico e social, trabalhando em estreita colaboração entre si e com os três níveis de governo, com a exploração de todas as possibilidades de ação conjunta. Assim se reforçam mutua-

mente, aumentando o rendimento de suas atividades. Não pode ser cada um, para seu lado e às vezes até colidindo.

Cabe mencionar, por fim, a importante contribuição que poderá ser dada pela imprensa para manter acesa a chama dessa luta que é de todos. A imprensa está presente todo dia, em toda parte, ao alcance de todos, podendo levar informações, mensagens, ideias, estímulos, cobranças, desafios e críticas construtivas, tudo isso que faz a argamassa do ânimo, da mentalidade e das convicções indispensáveis a uma tarefa dessa natureza.

A contribuição do BNB para a década de setenta

Pedro Sisnando Leite

O livro sobre a “Economia do Nordeste: Propostas de Políticas na Década de Setenta” conta a história de como o BNB/ETENE contribuiu para o milagre nordestino nessa fase do desenvolvimento do Nordeste. Esta obra foi editada com o patrocínio da Fundação José Waldemar Alcântara e Silva.

No ano de 1968, o ETENE foi incumbido pela diretoria do Banco do Nordeste do Brasil para demonstrar técnica e politicamente como seria possível a Região atingir taxas de crescimento mais elevadas para reduzir as disparidades de renda entre o Nordeste e o Sudeste. Em quanto tempo isso seria possível e em que ve-

locidade. O que deveria ser feito para que a indústria, a agricultura e os serviços viabilizassem essa meta.

As investigações, então empreendidas, visavam delinear objetivamente quais seriam as políticas para que o Nordeste alcançasse as mudanças acima referidas. As equipes do ETENE, com apoio de cooperação internacional das Nações Unidas (Stefan Robock e outros), técnicos da Fundação Getúlio Vargas e consultores independentes, elaboraram amplos estudos denominados de “Perspectivas da Economia do Nordeste para a Década de Setenta”.

O Banco do Nordeste empreendeu, com base nesses estudos e no seu pessoal técnico, um vasto trabalho de divulgação e de obtenção de apoio do Governo para adoção de políticas com esse objetivo de acelerar o desenvolvi-

mento regional. Vale registrar que o BNB contou para esse propósito com o apoio dos Senadores Waldemar Alcântara e Virgílio Távora.

As novas políticas adotadas na década de setenta para o Nordeste resultaram num grande sucesso. Conforme os dados e estudos pertinentes, a economia da Região obteve nessa década uma taxa de crescimento médio anual de 9% a 10% e passou por significativa transformação estrutural. Somente comparável mundialmente com o Japão na década de sessenta, que viveu o seu Milagre Econômico”.

Essa história nunca foi devidamente contada como os autores José Nicácio de Oliveira e Pedro Sisnando (ETENE) fizeram no citado livro, com conhecimento de causa, pois foram coordenadores desse processo. Entretanto, mais de quarenta anos já se passaram dessa experiência, e as políticas e estratégias idealizadas para aquela etapa da economia do

Nordeste ainda continuam sendo adotadas. Em consequência disso, os autores destacam que o Nordeste carece de novas políticas e estratégias. Pois vivemos agora num mundo da globalização e com a exclusão social provocada pelo modelo fundamentado apenas no crescimento econômico do passado, sem preocupação com a distribuição.

A conclusão preocupante é que o Nordeste, hoje, não tem um projeto, como assinou, enfaticamente, o Ministro Roberto Mangabeira Unger. A ideia é que o BNB poderia repetir o feito da década de 70, com a sua liderança, num novo movimento com o objetivo de renovar e avançar no desenvolvimento regional em ajuda ao Brasil fragilizado por baixas taxas de crescimento e desajustes fiscais.

BNB – Apoio aos governos estaduais do Nordeste

Valfrido Salmito Filho

A integração do BNB com os governos dos Estados do Nordeste constitui contribuição importante para o desenvolvimento regional.

São onze os Estados do Brasil para os quais o Banco do Nordeste, por lei, é obrigado a direcionar suas atividades de agente de desenvolvimento: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais, estes dois últimos em sua região norte, do semiárido.

Durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado, o BNB contribuiu com relevante apoio técnico aos governos estaduais e municipais do Nordeste, assegurando-lhes o suprimento de executivos qualificados, seja para as

funções, principalmente, de secretários de planejamento, da agricultura, da indústria e da fazenda, seja para a direção dos emergentes bancos estaduais. Foi valiosa essa contribuição, sobretudo, porque naquele período, o desenvolvimento econômico encontrava-se em fase de intenso dinamismo em todo o Nordeste e exigia lideranças técnicas confiáveis na condução dos trabalhos, estimulados pelos programas da SUDENE.

Com o passar dos anos, houve significativa expansão e evolução qualitativa do ensino universitário regional e os governos estaduais, por sua vez, foram induzidos a qualificar seus quadros técnicos, estimulando o aprimoramento acadêmico, com os cursos de pós-graduação no País e no exterior. Assim, as administrações públicas estaduais e municipais, atualmente se encontram capacitadas para a condução adequada dos programas relacionados com o desenvolvimento

econômico e social, constituindo essa qualificação institucional mais um valioso fruto da política de desenvolvimento da Região.

Como as administrações estaduais do Nordeste passaram a trabalhar, em seus planos de governo, com base em critérios de prioridade em programas sociais e de infraestrutura e de estímulo à produção econômica, o Banco do Nordeste deu início, há décadas, a uma estreita articulação com cada Governo Estadual, na busca de melhores resultados para o Desenvolvimento da Região.

Consistia essa articulação, essencialmente em uma mútua análise de propostas de programas estaduais e numa avaliação das linhas de crédito do BNB para possível apoio a esses programas.

Esse mútuo conhecimento de necessidades e de potencial de apoio aproximou dos governantes o BNB, como agente financeiro,

contribuindo para o melhor equacionamento de pleitos.

Após alguns anos e mudanças na administração do BNB, esse modelo de trabalho conjunto foi se desfigurando até seu total desaparecimento.

Diante da evolução da economia e das características específicas de cada Estado, afigura-se necessário o retomo dessa política de entrosamento estreito entre o Banco do Nordeste e os Governos Estaduais da Região.

Para a retomada dessa política de entrosamento entre o BNB e os Governos Estaduais e, num enfoque pragmático do trabalho conjunto, três linhas de ação do banco devem ser sistematizadas:

- Oferecimento de apoio técnico do BNB, a cada governador, na elabora-

ção de seu plano de governo, independentemente de sua filiação partidária. Essa contribuição técnica incluirá informações sobre as potencialidades específicas do Estado, as prioridades econômicas e sociais apresentadas pelo governante, bem como as opções de ação para obtenção dos melhores resultados,

- Realização de encontro dos governadores, na sede do BNB, sobretudo após a eleição, com o objetivo de informá-los sobre as funções do Banco como agente do desenvolvimento regional, sobre seus programas e projetos, sobre as principais fontes de recursos e encargos financeiros.
- Trabalho permanente de motivação aos governadores para parcerias com o BNB, com vistas à implementação de programas prioritários, como turismo,

saneamento básico, modernização do sistema de transporte, energias renováveis, entre outros.

Nesse sentido é indispensável rememorar-se a longa e bem sucedida experiência do BNB como parceiro e repassador de recursos para programas de alta relevância para os Estados e para a Região, de instituições como BNDES, BID, Banco Mundial, Kreditanstalt, para citar apenas alguns. O BNB, como instituição financeira de desenvolvimento qualificada, promoveu projetos de desenvolvimento setorial nos vários Estados do Nordeste, alocando a estes volumosos recursos.

Faz-se necessária, pois, a retomada, pelo Banco dessa linha de ação junto aos onze governos estaduais que estão em sua área de influência. Esse trabalho contribuirá para o revigoramento da confiança dos governadores no

BNB e seu resultante fortalecimento institucional e político, com reflexos positivos na Câmara Federal e no Senado.

ETENE: pesquisas e capital humano no Banco do Nordeste

José Nicácio de Oliveira

Pedro Sisnando Leite

O professor Stefan Robock (um dos organizadores do ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), no seu livro sobre o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, afirma que o BNB tem sido uma Instituição muito importante para o desenvolvimento da Região. Uma das maiores realizações, no entanto, foi no campo do aperfeiçoamento dos recursos humanos em estudos e pesquisas econômicas.

Na verdade, desde a sua origem, o BNB contemplou uma visão focada nesses fatores estratégicos. A Lei que instituiu o Banco do Nordeste autorizou a criação do ETENE que teria como encargo, entre outras atividades, o estudo

de planejamento das operações do Banco, realização de pesquisas econômicas e estímulo ao desenvolvimento regional. Além disso, outra função seria o treinamento e a cooperação técnica, É bem conhecido o acervo amplo e rico de estudos e pesquisas realizados pelo ETENE.

Para empreender esses objetivos, ao ETENE foi determinado manter o BNB informado acerca da situação econômica do Nordeste, realizar pesquisas e estudos para apoio à programação regional e que servissem de base para o relacionamento da Instituição com outras Agências. Como centro de estímulo ao desenvolvimento regional, caberia desenvolver técnicas de análise econômica e fazer propostas à diretoria sobre as políticas econômicas, fiscais, monetárias e bancárias mais adequadas à Região. As atividades de cooperação técnica seriam direcionadas para programas de formação profissional de técni-

cos do próprio Banco e das instituições públicas e privadas responsáveis por atividades de desenvolvimento da Região.

A partir da década de noventa, com a aposentadoria da equipe técnica inicial, deu-se certo esvaziamento do grupo original. Ao mesmo tempo, a direção do Banco imprimiu uma nova orientação para o Órgão, no sentido de apoiar mais as atividades internas do próprio Banco. As pesquisas seriam contratadas com técnicos externos, conforme as necessidades. Do mesmo modo, outras Instituições Federais e Regionais seguiram o mesmo caminho. Talvez pelo efeito demonstração, os Estados também passaram a negligenciar esses assuntos de estudos econômicos e sociais, achando que as universidades deveriam assumir tais responsabilidades. O que ocorreu, em parte, principalmente porque essas Instituições têm um enfoque basicamente acadêmico, e com

menos interesse pelas questões práticas do desenvolvimento econômico.

Diante desse quadro, o entendimento dos componentes do Instituto Econometrix, constituído de aposentados do BNB e da UFC, é de que a direção do Banco, precisa avaliar essa situação. O processo de desenvolvimento econômico regional tem-se tornado cada vez mais complexo e uma agência como o BNB pode prestar um excelente serviço a si próprio e ao Governo Federal, oferecendo subsídios de estudos técnicos para orientá-los na condução de uma política regional mais eficiente. Além disso, com a pouca atuação hoje da SUDENE, o BNB precisa retomar seu tradicional papel de liderança que tanto orgulhava seu corpo funcional e a própria Região.

A comentada revitalização do ETENE na realização de pesquisas diretas, naturalmente não deveria ser uma volta ao passado, pois o

mundo mudou e o órgão se adaptou as demandas e às necessidades circunstanciais e funcionais do Banco. A pergunta que se faz, ao refletir sobre esse assunto, é como seria a reengenharia do novo ETENE? A primeira premissa é de que o seu papel fundamental e estratégico é a realização de estudos técnicos de interesse do Banco e da Região. Mas, é oportuno pensar-se agora em algo mais, por força dos novos desafios de carências de capital humano que o processo de desenvolvimento do Nordeste tem revelado.

Há muitos anos, havia uma ideia de criar no âmbito do ETENE um Centro de Desenvolvimento Regional que cuidaria do atendimento das atribuições de treinamento avançado em desenvolvimento econômico regional. A intenção era dotar o Banco de um aparelhamento para formação dos executivos do Banco, segundo as concepções pedagógicas de natureza prática na solução de problemas e da inovação.

São exemplos neste particular o “BENGIS CENTER” da Universidade de Ben-Gurion (Israel) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Mundial, que foi fundado em 1955, e tem passado por progressivo aperfeiçoamento com excelentes resultados.

O referido Projeto do Centro de Desenvolvimento Regional foi elaborado por José Nicácio de Oliveira (Chefe do ETENE de então), Pedro Sisnando Leite e Arylo Aguiar Holanda (CARIN), em 1961. Em vista de recomendação do Presidente Jânio Quadros ao BNB, de não realizar novas despesas, o Projeto foi transferido para a Universidade Federal do Ceará, que o implantou com modificações e apoio inicial da OEA (CETREDE). Até hoje funciona com muito sucesso.

Em resumo, o que estamos sugerindo é a necessidade urgente de aparelhar o ETENE com nova equipe de técnicos, em adição aos já

existentes, para a realização de pesquisas, estudos e planejamento essenciais aos propósitos de fazer o Banco retomar o caminho do desenvolvimento consistente com suas responsabilidades de sustentabilidade econômica, social e ambiental. No tocante ao novo Centro de Desenvolvimento Regional do ETENE, aqui proposto, o enfoque será dado às questões práticas e à aplicação de técnicas para a solução de problemas específicos do Nordeste, com programas de conferências e debates, em nível de pós-graduação. Os professores efetivos, deveriam ser portadores de elevados títulos acadêmicos e de experiência no campo do desenvolvimento. Estes seriam, também, pesquisadores do novo ETENE. Ou seja, como acontecia no ETENE original, todos trabalhariam em tempo integral e com exclusividade de funções.

Pesquisa, geração e uso de usinas de energia solar e eólica

Manuel Osório de Lima Viana

I – Preliminares

A energia é o insumo fundamental para as atividades econômicas de produção, distribuição e consumo. Especificamente, não existe esforço, trabalho ou produção de calor sem o dispêndio de energia. Por outro lado, quase todas as fontes de energia – v.g., hidráulica, biomassa, eólica, combustíveis fósseis e energia dos oceanos – são formas indiretas de energia solar. Além disso, a radiação solar pode ser utilizada diretamente como fonte de energia térmica, para aquecimento de fluidos e ambientes e para geração de potência mecânica ou elétrica. Pode ainda ser convertida diretamente em energia elétrica, através de efeitos sobre de-

terminados materiais dentre os quais se destacam equipamentos termoelétricos e fotovoltaicos.

Em resposta às prementes preocupações da sociedade moderna, não apenas de movimentos civis, mas, atualmente, das próprias lideranças dos setores produtivos, revela-se uma crescente demanda por investimentos na produção de energias sustentáveis e alternativas. Neste sentido, a região Nordeste do Brasil destaca-se com possibilidades de aproveitamento de energias a partir, especificamente, da abundância de ventos e da irradiação solar (insolação média regional: 3.000 h/ano). Na Região (principalmente no Ceará e Rio Grande do Norte) já têm sido realizados significativos investimentos em energia eólica que, todavia, exigem a construção de linhas de distribuição. Merece ênfase, por outro lado, a energia solar, vez que pode ser utilizada em sistemas de ge-

ração distribuída. Assim, a tecnologia, há décadas existente, é sobremodo apropriada para áreas rurais isoladas, como os sertões semiáridos nordestinos, e também para uso em residências ou estabelecimentos independentes (centros desportivos, condomínios residenciais, prédios públicos, escolas, agências bancárias etc.).

Como exemplo já antigo, tal uso se podia constatar ao longo das áreas rurais de Israel, desde a década de 1960. Já em recente palestra na TEDxPUC-Rio (11/06/2015), o jornalista e ambientalista André Trigueiro afirma que, no mundo, a energia solar instalada já seria equivalente a 50 grandes barragens. Crescendo à taxa de 30% ao ano, possui atualmente a maior fábrica de produtos solares do mundo, exportando-os para cerca de 100 países; e os Estados Unidos, em anos recentes, multiplicou por 7 os investimentos em energia solar, ao

tempo em que projeta para 4 anos a sua autonomia energética, (Ver portal: <https://www.youtube.com/watch?v=9kp8uU9tVvg>).

Conclui-se, portanto, que o apoio a investimentos em fontes de energias renováveis, como a eólica e a solar, constitui contribuição avançada para a construção do novo paradigma do Desenvolvimento Sustentável, orientado para a conservação do planeta e preservação da vida, a sobrevivência de todas as espécies, o bem-estar e a qualidade de vida da pessoa humana.

II – Objetivos de uma nova política de energia no Nordeste

O papel do Banco do Nordeste

Atualmente, o Banco do Nordeste do Brasil vem desempenhando importante papel, no

apoio à implantação de instalações e equipamentos voltados para a geração de energias renováveis na Região. Especificamente, face às disponibilidades de longas horas de insolação no correr do ano, como também da profusão de ventos no território nordestino, o Banco poderá agir proativamente no aporte de recursos financeiros e, ademais, na análise de projetos de implantação de novas tecnologias voltadas para a produção e distribuição de energias limpas. Tudo isto, porém, se deve nortear pelo seguimento de princípios gerais e específicos, traçados como sua nova política energética para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste. Seguirá, pois, os seguintes objetivos.

Geral

Energia sustentável, sobretudo pelo aproveitamento dos ventos e do elevado nível de insolação nos amplos espaços do Nordeste brasileiro.

Específicos

Apoiar a utilização de energia elétrica em áreas do Semiárido nordestino, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida, até mesmo de populações isoladas;

Tirar proveito dos tetos de escolas, ginásios esportivos, prédios públicos, agências bancárias, condomínios privados etc. para a instalação de equipamentos fotovoltaicos que reduzam os custos do consumo de energia e a poluição ambiental;

Incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de energias limpas, renováveis e eficientes que são, cada vez mais, requeridas pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável (em todas as suas dimensões: econômica, político-social, ambiental e cultural);

Fomentar a produção de elementos para a formulação de políticas e programas direcionados à estruturação de uma economia menos carbono-intensiva;

Aproveitar a situação do Nordeste como área de elevado nível de insolação anual, transformando em vantagem comparativa sua generalizada condição de aridez;

Pugnar pela inserção de um Programa de Ação, nos Planos dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Integração Nacional, da Ciência e Tecnologia, e do Desenvolvimento Agrário.

III - Vantagens da nova política energética

Ao apoiar, dentro de suas características de Banco de Desenvolvimento, a implantação de instalações e equipamentos de geração de

energias limpas, o BNB terá sua atuação fundamentada nas claras vantagens da energia eólica e da energia solar. Como exemplo e com maior especificidade e ênfase, a Energia Solar apresenta inúmeras vantagens econômicas, sociais e ecológicas, principalmente em regiões, como o Nordeste brasileiro, onde o Sol é soberano:

- a) A energia solar, utilizada para aquecimento de água e iluminação, é a solução ideal para áreas mais afastadas e ainda não-eletrificadas;
- b) É uma energia limpa, pois não gera nenhum tipo de poluição, a menos da poluição indireta na fabricação dos painéis fotovoltaicos;
- c) A instalação é muito simples, não necessitando assistência técnica altamente especializada;

- d) Mínima manutenção, pois há pouco desgaste dos módulos ou placas solares;
- e) A vida útil dos módulos é comprovadamente superior a 25 anos;
- f) Não consome combustíveis;
- g) Permite autossuficiência energética;
- h) O custo dos kits solares se está reduzindo continuamente, podendo-se esperar semelhante tendência no que concerne aos das baterias para uso noturno (as Powerwalls são caras, mas seu aperfeiçoamento por qualquer inventor é incentivado pela Tesla, famosa fabricante de automóveis elétricos).
- i) Em unidades isoladas dispensa a construção das social e financeiramente caríssimas linhas de transmissão;

- j) É um passo audacioso e decisivo para a continuada substituição dos combustíveis fósseis, principais causadores da poluição do planeta, a qual já chegou ao centro das preocupações das lideranças políticas, sociais e empresariais.

Estimular a conservação ambiental para evitar o processo de desertificação do semiárido nordestino

Manuel Osório de Lima Viana

I. Preliminares

O tema da desertificação passou a receber atenção especial, após a prolongada seca ocorrida no Sahel africano, de 1968 a 1973. Ciente das grandes perdas econômicas, sociais e ambientais causadas por aquela seca, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma Conferência Internacional, em Nairóbi (Quênia), em agosto de 1977. O evento teve como finalidade aprofundar o conhecimento sobre a desertificação, suas causas, suas consequências socioeconômicas e ambientais, e sobre o desenvolvimento e adoção de medidas de controle em países afetados pelo fenômeno,

Discutiu-se novamente a desertificação, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A Agenda-21 (fundamental capítulo 12), elaborada durante aquela reunião, trata da luta contra a desertificação e da resistência a seus efeitos em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas do planeta. Observe-se, porém, que o deserto, a seca e a desertificação têm a mesma etimologia, mas significam fenômenos distintos:

“A desertificação é a degradação do solo em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de diversos fatores, inclusive de variações climáticas e, principalmente, de atividades humanas”. (ONU, 1992). “A desertificação tem sua origem nas complexas interações de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos.” (ONU, 1994).

Ponto comum enfatizado nos estudos e Conferências é que a desertificação é um problema mundial, causado principalmente pela ação degradadora do homem, sobre o meio ambiente (VIANA e RODRIGUES, 1999).

Quanto ao deserto, a definição apresentada por NIMER (1988) é suficientemente clara: “É um fenômeno resultante da evolução de processos que alcançaram certa estabilidade final, isto é, alcançaram uma espécie de equilíbrio homeostático natural, independente da ação conseqüente ou inconseqüente do homem sobre o meio ambiente. É um clímax ecológico atingido.” Trata-se, pois, de um fenômeno da natureza,

No que tange às secas, definição satisfatória é apresentada também pelas Nações Unidas: “Constituem-se em uma deficiência constante das precipitações, que afeta amplas zonas

de determinada região e se traduz em um período de clima anormalmente seco e suficientemente prolongado para que a escassez de água dê lugar a um agudo desequilíbrio hídrico.” (ONU, 1994).

II. O caso do Nordeste do Brasil

O Nordeste do Brasil é a área mais vulnerável do País à incidência da degradação ambiental; meio ambiente frágil, fundamentado em grande parte sobre um embasamento cristalino, com solos rasos, amplas zonas tropicais semiáridas e uma forte pressão demográfica; tudo isto, durante cinco séculos de povoamento, com visão imediatista. Sua área sob processos de desertificação é maior do que aquela onde tem ocorrido o desmatamento, na úmida Amazônia brasileira que atraiu a atenção do mundo.

Essa área está, em larga proporção, inserida nas Regiões Tropicais Semiáridas do

mundo (TSA), sendo o Nordeste do Brasil incluído no grande mapa da desertificação preparado pelas Nações Unidas. Trata-se, enfim, da região mais ambientalmente comprometida em todo o País.

Causas específicas da desertificação

Seguem-se as causas mais frequentemente referidas que induzem uma área à desertificação.

- Sobrepastoreio;
- Cultivos excessivos;
- Desenvolvimento de culturas de exportação impróprias para o clima e o solo da região;
- Baixo índice de precipitação pluviométrica;
- Irrigação inadequada;
- Desmatamento ou queimada generalizada da cobertura vegetal;

- Mineração sem recuperação da área explorada;
- Demanda de energia (lenha, carvão vegetal etc.);
- Crescimento populacional;
- Urbanização.

III. Políticas de combate à desertificação e suas consequências

No que lhe compete o BNB poderá:

Apoiar o desenvolvimento e extensão de tecnologias que evitem processos erosivos e/ou químicos de destruição do solo;

Apoiar a introdução de métodos que combatam a eliminação da cobertura vegetal natural e o surgimento de ervas invasoras;

Incentivar políticas de prevenção do assoreamento dos reservatórios de água e de defesa dos lençóis freáticos;

Incentivar projetos de construção de séries de pequenas barragens subterrâneas ou “sobretterrâneas” de baixo custo, com tecnologias contra a salinização, que conservem água no subsolo e evitem o carreamento dos solos;

Apoiar ações de combate e prevenção da perda da diversidade biológica;

Incentivar infraestruturas de beneficiamento da matéria orgânica transportada pelos esgotos das grandes cidades, para a produção de adubos a serem devolvidos aos exauridos solos dos sertões; nas cidades menores, apoiar o estabelecimento de usinas de compostagem.

Incentivar o Desenvolvimento Sustentável nas áreas vulneráveis à degradação ambiental, a qual conduz ao empobrecimento e à expulsão das populações.

A política de encadeamento produtivo: sugestão para o papel do BNB

Pedro Jorge Ramos Vianna

Sabe-se que a política industrial atual, seguida pelos países emergentes e até desenvolvidos, se baseia no processo produtivo do *encadeamento industrial*.

Este processo produtivo se consubstancia na implantação dos elos da cadeia produtiva “para trás” que não existam na cadeia produtiva do bem, dentro da Região Nordeste.

Assim, a ideia é, a partir de uma indústria “*âncora*” estimular a implantação das indústrias supridoras de matérias primas e insumos para esta indústria.

Mas, obviamente, também há a possibilidade de, dada a existência de indústrias supridoras de matérias primas para indústrias localizadas fora da Região, incentivar a vinda da indústria “*âncora*”.

Para o primeiro caso, o mais comum é completar os elos não existentes no processo “para trás”. No segundo, completar a cadeia produtiva local no processo “para frente” da produção de determinado bem.

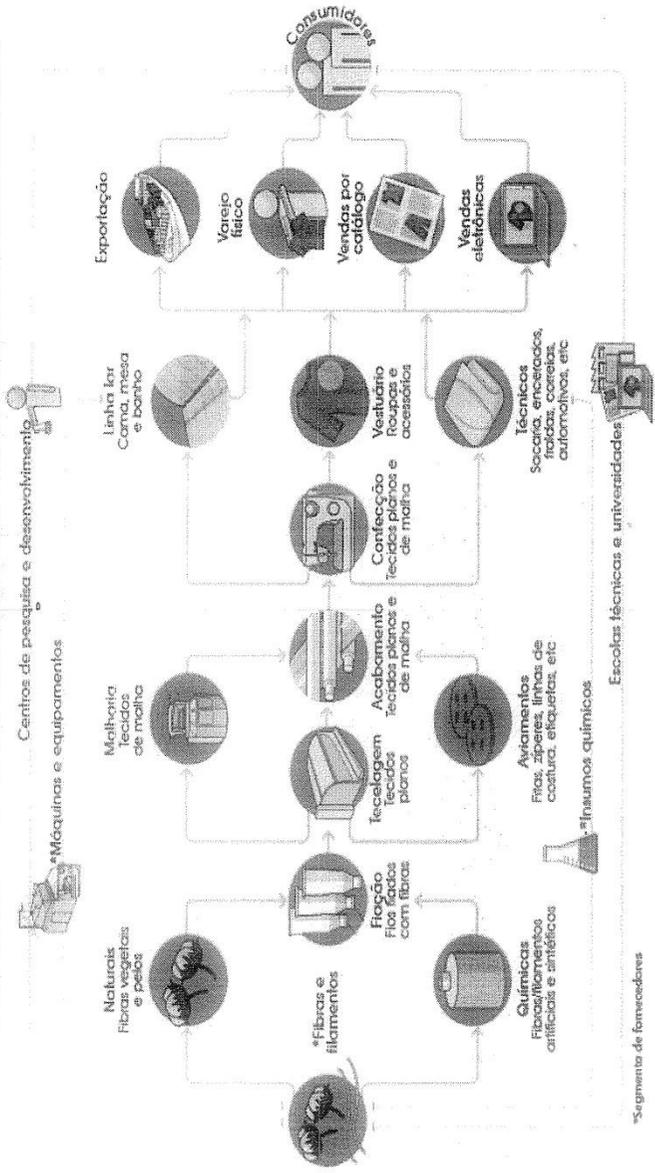
No caso do Nordeste, quantos processos produtivos sofrem desse *encadeamento industrial para trás* e quantos são meros fornecedores de matéria prima para grandes indústrias localizadas fora da Região?

É papel do BNB conhecer esta realidade e tentar modificá-la.

Tome-se o exemplo da *Indústria da Moda*. Este é um processo industrial que tem uma extensa *cadeia produtiva*, conforme se pode ver no “*slide*” a seguir.

Quantos elos não existem no *encadeamento industrial* neste processo produtivo?

ESTRUTURA DA CADEIA PRODUTIVA E DE DISTRIBUIÇÃO TÊXTIL E DE CONFEÇÃO



Desta forma, o BNB como BANCO DE DESENVOLVIMENTO, poderá prestar grande serviço à Região Nordeste, incentivando a adoção da política do encadeamento industrial para o parque fabril instalado no Nordeste.

O Nordeste e o Semiárido

Pedro Sisnando Leite

A seca é um fenômeno que muito afeta a sociedade nordestina, como ocorre em muitos lugares do mundo subdesenvolvido e até em países ricos. O maior problema do Semiárido, no entanto, é mais de organização do processo produtivo do que de secas e crises de produção. Não é correta a ideia de que a miséria e a pobreza dominantes na agricultura é culpa da população que é preguiçosa e desinteressada pelo trabalho. Na verdade, o nordestino tem valores de solidariedade, hospitalidade e amor à família que não se observam na maioria dos outros países similares.

O que torna a vida do agricultor difícil ou inviável é a falta de infraestrutura física e dos serviços sociais de escolas e assistência à saúde, no interior. Há uma grande fragmentação

das propriedades agrícolas nas áreas secas, tornando-as inviáveis por falta de uma reforma agrária planejada e sustentável. Praticamente, não existe assistência técnica efetiva, pois somente cerca de 2% dos estabelecimentos são visitados. O produtor não conta com sistema de apoio na comercialização da produção agrícola. O fundamental é a criação de povoados ou vilas rurais para uma melhor prestação de serviços sociais e de convivência da população local. É vital a organização espacial dos centros urbanos secundários e regionais para possibilitarem o apoio à descentralização do desenvolvimento econômico e industrial do interior.

O Ceará tem dado exemplos animadores de como resolver esses assuntos de apoio aos agricultores, como ocorreu com a idealização pioneira do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fundo Seguro-Safra e o Programa de Reforma Agrária Solidária, que foram reconhecidos pelo

Governo Federal como programas bem-sucedidos. Atualmente, a base da política para a agricultura familiar do Brasil são esses programas, apesar de precisarem ser melhorados e executados com maior eficiência. O Banco do Nordeste pode conceber e propor novas políticas ao governo.

Por fim, é preciso reconhecer que a pobreza rural do Nordeste é crônica e não consequência do sistema pluviométrico, como se pode verificar pelo Maranhão, onde não há seca e é o Estado mais atrasado do País.

A sugestão é que o BNB planeje uma estratégia de longo prazo para orientar as ações e investimentos do setor público e privado na Região, com vistas a um desenvolvimento sustentável de toda a zona rural e não somente do Semiárido. A área com pluviosidade normal e terras sedimentares corresponde a 27% do território nordestino, com 60% da população.

Além disso, 57% do PIB da agropecuária nordestina vem das áreas fora do Semiárido. A prioridade produtiva deveria ser nessas terras e não no semiárido, onde as ações devem ser conservacionistas. O BNB deve estudar e propor soluções para todos esses problemas, além de direcionar suas políticas de crédito, no sentido de solucionar esses entraves ao desenvolvimento do quadro rural nordestino. O BNB pode e deve tomar essa iniciativa e não ficar na defensiva, à espera de programas que não se coadunam com a realidade local.

Promoção do desenvolvimento da micro e da pequena empresa

José Nicácio de Oliveira

A promoção do desenvolvimento da pequena empresa é fortemente recomendada por estudiosos como Celso Furtado, Ignacy Sachs, Mangabeira Unger, Ricardo Abramovay, dentre outros. Ressalta-se sua contribuição, no sentido de conciliar a dinâmica do crescimento com a dinâmica da distribuição,

Um pensamento básico, exposto por Ignacy Sachs, é que o pequeno empresário deve ser encarado como um arquiteto do futuro e não como um resquício do passado. A CEPAL, por sua vez, acentua que a pequena empresa não é um acessório do desenvolvimento com igualdade e sim uma das suas peças centrais.

A elaboração de um programa de promoção do desenvolvimento da micro e da pequena empresa requer a formação de um sistema de parcerias, incluindo órgãos trabalhando de forma articulada nas áreas de pesquisa e extensão, financiamento, acesso a mercados nacionais e externos, capacitação tecnológica, organizacional e gerencial. A ideia não é cercá-las de proteção e sim capacitá-las a assumirem uma postura voltada para a inovação e inserção criativa e competitiva, em mercados dinâmicos. Com relação à microempresa, cabe mencionar que o BNB já mantém o maior programa de desenvolvimento das micro e pequenas empresas da América Latina.

Na programação e na execução das atividades, cabe ter em vista pontos como os a seguir mencionados.

A. Interiorização do desenvolvimento

Fala-se frequentemente na redução das desigualdades inter-regionais, enquanto se convive com as desigualdades intrarregionais, tendendo as políticas e ações desenvolvimentistas a ficarem concentradas nas áreas metropolitanas e vizinhanças.

Torna-se necessário, assim, realizar um esforço no sentido da redução das desigualdades dentro da própria Região. Um esforço nesse sentido será realizado, basicamente, através da instalação de empresas de menor porte, de pequenas empresas e não, essencialmente, através de grandes empresas. Mas, que seja de pequenas empresas beneficiadas por assistência que lhes assegure, ao lado do financiamento adequado, padrões mais elevados de produtividade, eficiência e competitividade. Significará, na realidade, um esforço planejado de interiorização do desenvolvimento, levando às áreas

interioranas ideias, capacitação, formação de uma cultura de empreendedorismo e novas percepções e motivações.

Um ponto a ressaltar é que Universidades federais e estaduais estão instalando Campi em cidades do interior, cabendo criar condições para que elas, com apoio de suas sedes e em cooperação com outras entidades participantes do programa, possam intensificar seus vínculos com o desenvolvimento das comunidades locais, através da realização de novas atividades e ações de utilidade para a vida econômica e social das populações.

B. Acesso a mercados nacionais e externos

Recomenda-se, no caso, o acesso às grandes redes de distribuição, criação de cooperativas de produtores, centrais de compras de insumos, consórcios de exportação, uso de serviços de utilização de possíveis modalidades de apoio às exportações das pequenas empresas

por parte de entidades como a Agência Brasileira de Exportação e Investimentos – APEX. Outras possibilidades estão no atendimento a nichos de mercado mais exigentes quanto a qualidade, nas compras públicas, tendo como exemplo a merenda escolar, móveis para escolas e repartições públicas, abastecimento de creches, hospitais, casernas etc.

C. Entrosamento da pequena com a grande empresa

Atenção sistemática a esse ponto pode resultar na percepção e aproveitamento de reais oportunidades, em benefício de ambas as partes, com base no encadeamento de suas cadeias produtivas, Ter-se-á, assim, na avaliação de qualquer grande projeto, de examinar a viabilidade de vinculação com projetos de menor porte, novos ou já existentes. Não partir do princípio de que os grandes projetos se resu-

mem a si mesmos, mas sempre examinar criativamente que outras oportunidades podem com eles surgir.

D. Importância da pequena e da grande empresa

Lembrando o que disse Polan Lacki sobre a pequena e a grande empresa agrícola, cabe dizer aqui que a prioridade atribuída à pequena empresa em geral, no processo de desenvolvimento, não significa a ideia de exclusão da grande empresa e sim a inclusão também da pequena: primeiro, devido à elevada participação desta no total das empresas; segundo, por uma questão de equidade; e terceiro, devido ao fato de que **o desenvolvimento do país requer a contribuição eficiente de todas as empresas, grandes e pequenas.** Se se deseja dar oportunidades iguais a todos, é necessário proporcionar mais aos que têm menos.

Se não se dá ao pequeno produtor a oportunidade de iniciar a introdução de inovações, de modernizar-se e desenvolver-se com o uso de tecnologias simples, de menor escala, mais baratas e de fácil adoção, não se poderá falar em desenvolvimento com equidade.

Instituto Econometrix

André Luiz Lopes Vianna

É oportuno ressaltar que o INSTITUTO ECONOMETRIX tem vínculo com o Banco do Nordeste. Primeiro porque sua ideia e formatação partiram de “benebeans”, profissionais que foram funcionários e/ou colaboradores do BNB e que, por muitos anos, ajudaram a construir o legado deixado pelo Banco desde a sua fundação.

Segundo, porque foi o Banco o primeiro a acreditar no potencial do Instituto e a financiá-lo com os recursos do FUNDECI. Graças a esse apoio, hoje o ECONOMETRIX mantém um sítio na Internet (Portal Econometrix) para a divulgação, de assuntos relacionados ao desenvolvimento do Nordeste.

O Instituto tem como visão contribuir para a promoção do bem-estar social e da dignidade

humana. Sua missão específica é contribuir para a melhoria da qualidade da vida humana, na Região Nordeste, a partir de estudos, propostas e projetos, bem como desenvolver ações específicas envolvendo representantes da sociedade em geral, da academia, dos governos, dos empresários e dos trabalhadores, constituindo-se observatório, consciência e voz da sociedade.

Ressaltamos três pré-projetos que foram elaborados como base para um aprofundado estudo posterior e que reputamos de relevante importância para o desenvolvimento do NE, todos apresentados às gestões anteriores do BNB. São eles:

1. Termo de Referência – Um Novo Projeto para o Nordeste

O esboço desta proposta é uma tentativa de apresentação de um marco referencial para

a criação de POLÍTICAS REGIONAIS PARA TODO O BRASIL.

O novo ponto de convergência dessas políticas é tornar o Brasil um espaço geopolítico, social e economicamente mais justo, com a conservação e a preservação do meio ambiente. Tais objetivos serão alcançados com o aumento da geração de renda, diminuição das disparidades regionais e, principalmente, com a erradicação da pobreza absoluta.

Estabelecer diretrizes para que se tenha um Brasil socioeconômico mais justo implica, necessariamente, na adoção de medidas estratégicas, tais como:

Infraestrutura social: educação com padrão de qualidade em todos os níveis de ensino; saúde; saneamento básico; habitação e demais ações, inclusive no plano da cultura, que visem à melhoria da qualidade de vida;

Infraestrutura econômica: energia limpa; sistema de transportes adequado para diminuir o custo Brasil; e a universalização espacial e social do sistema de comunicações do País;

Sistema produtivo: aumento da produtividade de todos os setores produtivos, com uso intensivo de tecnologias avançadas, sem prejuízo do crescimento do emprego, além da qualificação humana; promoção das micro, pequenas e médias empresas.

De fato, o corolário da existência desse Brasil mais justo é o patamar efetivo do desenvolvimento socioeconômico sustentável no qual o crescimento econômico assegura a distribuição de renda equitativa e a preservação do meio ambiente.

Com tal pressuposto, o projeto objetiva novas contribuições para transformar a Região Nordeste, em efetiva sinergia com as demais regiões do País, tendo a integração nacional

como objetivo definidor do pacto federativo, conforme preceitua a Constituição Federal em seu artigo 43.

2. Programas de Estudo

Resultado de amadurecida reflexão dos membros do Instituto Econometrix, que preservam a fidelidade aos objetivos de transformação da Região Nordeste, baseados no desenvolvimento sustentável, com a visão de futuro que, acreditamos, deve orientar a trajetória do BNB, é que, desde já, oferecemos as seguintes sugestões:

Programa para o Manejo Sustentável do Lixo Municipal.

Programa de Assistência Técnica e Financeira aos Municípios.

Programa para a Redução do Aquecimento das Cidades, Embelezamento Urbano e Estímulo ao Turismo, via Arborização.

Programa para o Aumento da Renda e Melhoria das Condições de Vida da População Rural e da Agricultura Familiar do Nordeste.

Programa de Apoio Múltiplo às PMEs do Nordeste.

Programa para utilização da energia solar e eólica no Nordeste.

Programa para a ampliação da indústria da moda no Nordeste.

3. Programa Pedagógico

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Sustentável Regional Implica em um exercício teórico-prático, com ênfase para uso adequado do fator hídrico. Sob supervisão docente e profissional transdisciplinar, em ambientes de trabalho dotados de corpo técnico-profissional possuidor de titulação profissional acadêmica.

Portal Econometrix

1. Visão

Obter a maior base de dados de colaboradores e repositório de informações da web sobre os mais diversos campos das ciências sociais e humanas. Objetiva-se sua utilização para escolhas alternativas de soluções e incentivo ao espírito crítico individual e coletivo, no sentido da obtenção de uma melhor geração de riquezas e maior justiça social.

2. Missão

Levar as informações sobre a economia, a sociedade e o ambiente que afetam nossa vida diária, de forma simples e clara, tanto para o usuário leigo quanto para o empresário e interessados nas diversas áreas onde se aplica a doutrina do Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de ajudá-los em suas escolhas e tomadas de decisão.

3. Objetivo

Oferecer serviços em economia e finanças; veicular e divulgar os pensadores da economia do Ceará, do Nordeste e do Brasil; oferecer informações estatísticas sobre as principais variáveis macroeconômicas (com séries históricas mais completas possíveis) do sistema econômico-financeiro do Brasil e do mercado financeiro internacional; prestar assessoria financeira para investidores e consumidores, para lhes indicar as melhores opções de investimentos e/ou compras; oferecer comentários de especialistas nos diversos aspectos da economia brasileira e mundial

4. Breve Histórico

A partir da experiência e vivência dos membros do Econometrix, percebemos a ausência de informações macro e microeconômicas, bem como outras de áreas correlatas, de fácil acesso para todos os públicos, em especial

para as empresas. Fizemos pesquisas para encontrar empresas que fornecessem serviços desse tipo, mas nenhuma de forma fácil, inteligível e satisfatória. Nem mesmo os órgãos públicos facilitam e mostram tais dados de forma simples. Como sabemos, a economia é essencial para melhor compreenderem-se as consequências das políticas públicas e os impactos delas no nosso dia a dia.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do Portal envolveu um convênio de concessão, por parte do BNB, de uma base de dados chamada “BDNE”, mantida há muito pelo ETENE. O convênio previa a transferência de todas essas informações para a nova base de dados do Portal que, a partir de então, ficaria responsável por atualizá-la, disponibilizando acesso exclusivo para o BNB. infelizmente, o aporte de recursos do FUNDECI para a continuidade e desenvolvimento do Projeto foi suspenso antes de sua conclusão.

Pelo exposto, apesar de haver muito, vez que temos somente cerca de 20% do projeto desenvolvido, temos convicção da viabilidade e utilidade da ferramenta “Portal Econometrix” para toda a sociedade.

O Portal e o Instituto estão funcionando nos seguintes endereços: www.econometrix.com.br e www.institutoeconometrix.com.br.

Considerações Finais

Pedro Sisnando Leite

Introdução

O subdesenvolvimento do Nordeste é atribuído a diversos fatores históricos, econômicos, internacionais, políticos, de dotação inadequada de recursos naturais, além de limitantes culturais e sociais. Torna-se difícil, contudo, distinguir entre os fatores causais e os efeitos do próprio atraso econômico e social da Região.

A concepção dominante da política econômica para o Nordeste tem sido a obtenção de acelerado crescimento da renda, com o objetivo de diminuir as disparidades de desenvolvimento entre esta Região e outras mais prósperas, especialmente o Sudeste.

Os resultados obtidos nesse particular são significativos, mas modestos em face dos esforços e montante de investimentos realizados. Têm sido insuficientes as conquistas no campo econômico, social e da melhoria das condições de vida da população pobre.

Estratégias para o desenvolvimento do Nordeste

Estudos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil, por professores da Ben-Gurion University (Israel) e pelos autores, identificaram também outras graves dificuldades da economia nordestina que exigem urgente solução. As mais agudas nesse particular são: a) existência de níveis demasiadamente elevados de desemprego e subemprego, aliados à baixa produtividade no setor agrícola e processo de emigração do campo para as zonas metropolitanas; b) extensa proporção de pobreza absoluta e amplo hiato de padrões de vida entre a população

do Nordeste e do Sudeste do país; c) excessiva concentração de renda nos centros urbanos industrializados, em relação às zonas rurais e por categorias sociais, em ambas as áreas; d) falhas na execução das políticas econômicas para a Região e falta de controle dos programas de desenvolvimento regional; e) problemas sociais de habitação inadequada, alimentação deficiente, saneamento e baixos padrões de educação e de saúde pública, em relação às regiões mais desenvolvidas; f) além do baixo valor agregado dos produtos gerados na Região.

Diante dessas constatações, verifica-se que o empenho em obter o desenvolvimento regional não tem resultado no atendimento do duplo objetivo de crescimento econômico suficiente e benefícios sociais para a sociedade nordestina. Não pode haver dúvidas, por isso, de que o problema no desenvolvimento do Nordeste seja prioritário e uma responsabilidade

nacional, como condição para o próprio desenvolvimento brasileiro. Muito foi feito, mas o essencial ainda precisa ser realizado.

Parece ilusório, portanto, pretender superar essas dificuldades mantendo a mesma estratégia de desenvolvimento até agora seguida. Há necessidade de uma mudança de ênfase nos objetivos, bem como na estratégia utilizada. Aperfeiçoar ou criar também os instrumentos de política econômica para a Região e avaliar como tal política poderia ser conduzida pela nova SUDENE. Ao Banco do Nordeste cabe também um papel estratégico nesse sentido, mercê de sua importância como agência de desenvolvimento regional e por sua capacidade técnica e financeira.

A tarefa de superação do subdesenvolvimento, naturalmente, depende da solução de alguns problemas básicos, além do mero obje-

tivo de aumento da renda e de outros indicadores socioeconômicos. Podem ser citadas, para melhor esclarecer essas questões vitais para o êxito do projeto de desenvolvimento do Nordeste: a) aumento acentuado da produtividade agrícola, com simultânea criação de emprego não-agrícola do quadro rural, para absorver a mão de obra liberada pela modernização do setor; b) orientação das políticas para dar ênfase à redução do desemprego e subemprego, através da pequena e média empresa e outras atividades empregadoras; c) direcionamento da economia, com vistas à disseminação espacial dos benefícios do desenvolvimento, com ênfase nas zonas rurais onde se encontram os maiores focos de atraso econômico e social.

Os recursos governamentais, associados à contribuição do setor privado local, deveriam ser canalizados para a solução desses reais problemas da Região. Com isso, advirão benefícios para a economia nacional quanto à criação

de um sistema econômico fortalecido e gradativamente autossustentado, reduzindo a necessidade futura de transferência de recursos para a Região. Um Nordeste mais desenvolvido garantirá a redução das pressões sociais que a pobreza acarreta (O verdadeiro desenvolvimento econômico, Fortaleza, LCR, 2009).

Desse modo, torna-se necessário explicitar claramente na política econômica regional os problemas centrais a serem atacados.

Com essa orientação, será mais fácil ajustar todas as diretrizes e instrumentos de atuação, evitando a pulverização dos escassos recursos em ações que pouco contribuem para o autêntico desenvolvimento econômico.

Rumos para o Desenvolvimento Regional

Os objetivos para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, para os próximos anos, deveriam ser: crescimento o mais acelerado

possível da renda, buscando resultados econômicos, sociais e ambientais; modernização da agricultura, com base na unidade familiar e no apoio à empresa agrícola onde se tomar necessário; fortalecimento do setor industrial moderno, reorganização das empresas tradicionais e ajuda às pequenas e médias empresas, especialmente as agroindústrias e indústrias das comunidades do interior, com vista a internalizar os resultados da industrialização,

Para a realização desse projeto é necessário que ocorra um gradativo aperfeiçoamento das instituições regionais e estaduais. O foco deve ser uma atuação coordenada em certas áreas, segundo um método abrangente. Poderia começar por um conjunto de atividades mais restritas, orientadas para a melhoria das condições do público-meta e, progressivamente, para toda a população regional.

Em resumo, é um processo segundo o enfoque de desenvolvimento regional integrado (Desenvolvimento Regional Integrado, segundo o enfoque de Rehovot, Fortaleza, LCR, 2016).

Um programa para o desenvolvimento do Nordeste não pode ficar restrito a um setor ou medidas isoladas. Intervenções individuais de reforma agrária, modernização tecnológica ou de industrialização, por exemplo, podem surtir efeitos bem abaixo de suas possibilidades se não forem empreendidos de forma sistêmica.

Na prática, é oportuno relembrar, o desenvolvimento da agricultura é parte do desenvolvimento mais abrangente de todo o espaço rural, o qual, por sua vez, se liga umbilicalmente a todo o processo de desenvolvimento econômico. Do mesmo modo ocorre com as interligações do desenvolvimento industrial e dos serviços.

Dessa constatação, pode-se concluir que a orientação das ações carece de uma nova estratégia que leve em conta a necessidade de um enfoque abrangente e concentrado em localidades prioritárias. “Todas as atividades requerem espaço”, diz John Friedman. Por estas razões, as medidas propostas neste documento precisam ser consideradas sob uma perspectiva de interdependência e complementariedade, para que os resultados econômicos e sociais desses programas possam ser maximizados.

A estratégia que sugerimos se destina a atacar o problema do subdesenvolvimento de modo multissetorial, com vistas a reduzir as emigrações rurais para as cidades metropolitanas já congestionadas. A chave desse enfoque é criar oportunidades produtivas nas próprias zonas rurais, inclusive nas pequenas cidades do interior, que devem funcionar como centros de serviços sociais e de apoio à produção.

A metodologia para o desenvolvimento regional deve tomar por base o crescimento econômico, a modernização e o aumento da dimensão econômica das áreas rurais, mediante: a) mobilização dos recursos humanos e melhor aproveitamento dos recursos naturais e da infraestrutura existentes nas áreas de ação prioritária; b) garantia do acesso dos pequenos produtores aos recursos produtivos e aos serviços de suporte necessários à produção; c) criação de oportunidades de emprego com vistas à melhoria da distribuição de renda e do poder de compra da população rural; d) integração da agricultura, indústria e serviços, no próprio quadro rural, levando em conta os aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais; e) melhoria das condições de alimentação, saúde, educação, habitação e outras necessidades básicas, como requisitos para o aumento da produtividade e qualidade de vida da população.

É importante salientar que o desenvolvimento regional, que este documento propõe, é mais do que um simples crescimento, mas um processo extremamente complexo do qual compartilham diversas variáveis econômicas, sociais, ambientais, políticas e institucionais, destacando-se, aqui, o papel do Banco do Nordeste. Desse modo, os recursos colocados à disposição de programas de desenvolvimento regional não devem ser alocados sem levar em consideração a interdependência existente entre os mesmos. Ou seja, a estratégia proposta neste documento é de um desenvolvimento regional integrado, incluyente e sustentável.

Referências Bibliográficas

BAR-EL, Raphael. Desenvolvimento Econômico Regional para a Redução da Pobreza e Desigualdade: O Modelo do Ceará. SCLR, 2005.

BARRO S, Alexandre Rands. Desigualdades Regionais no Brasil São Paulo, Elsevier Editora, 2011.

LEITE, Pedro Sisnando. Desenvolvimento Harmônico do Espaço Rural. Fortaleza, 1983.

_____. Forças que Moldarão o Desenvolvimento Rural do Futuro. Fortaleza, UFC/AIE, 1986.

_____. A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural no Mundo. Fortaleza, Banco do Nordeste, 2006.

_____. O Verdadeiro Desenvolvimento Econômico. Fortaleza. LCR, 2009.

WEITZ, Raanan. Desenvolvimento Rural Integrado. Fortaleza. BNB, 1979.

_____. New Roads to Development. New York, Twenty Century Fund, 1985.